CT Nº

Contrato que entre si celebram a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e a empresa

_____, na forma
abaixo.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, empresa pública federal criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601, Conjunto I, doravante denominada CODEVASF, neste ato representada pelo Superintendente Regional da 4ª/SR, Eng.º Agr.º César Fonseca Mandarino, brasileiro casado, portador do RG nº 238.956 SSP/SE, inscrito no CPF/MF sob nº 206.807.674/87, residente na Avenida Adélia Franco, nº 2403, Bloco "A", apto 1.102, CEP 49027-010, Bairro Grageru, nesta Cidade de Aracaju - Sergipe, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, na Cidade de _____, Estado de _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador, Senhor _____, (nacionalidade, estado civil), residente na Rua _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado de _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, SSP/____ inscrito no CPF/MF sob nº _____, resolvem celebrar o presente Contrato em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/02, dos Decretos nºs 2.271/97, 3.722/01 e 5.540/05, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008 e demais cominações legais utilizadas de forma subsidiária, em especial a Lei 8.666/93, de acordo com a autorização do Comitê de Gestão Executiva da 4ª/DR, da CODEVASF expressa na Resolução Regional nº _____, de ____ de _____ de 201__, constante do Processo nº 59540.000477/2018-68, sob as seguintes cláusulas e condições:

1. Cláusula Primeira - OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução, de forma continuada, dos serviços de vigilância armada, diurna e noturna, nas sedes dos Perímetros Irrigados de Propriá e Cotinguiba/Pindoba, na Unidade de São Vicente, localizados no Município de Propriá, e na sede da 4ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada em Aracaju - Sergipe, conforme Termo de Referência e Planilhas, que são partes integrantes deste contrato.

1.1. O número de postos de vigilância encontra-se definido no Edital de Pregão Eletrônico nº _____ e poderá ser acrescido ou diminuído, de acordo com as necessidades e conveniências da CODEVASF, obedecidos os limites legais.

1.2. A CONTRATADA deverá manter um sistema rígido de fiscalização 24 (vinte e quatro) horas diárias, informando à CODEVASF toda e qualquer irregularidade constatada.

1.3. Correrão por conta da CONTRATADA todos os ônus que incidam com o pessoal mencionado na subcláusula 1.1, inclusive alimentação, fardamento, comunicação, encargos e transporte; bem como as despesas operacionais relativas aos postos de vigilância móvel, tais como veículos, motorista, combustível, manutenção e outros.

2 Cláusula Segunda - DOS DOCUMENTOS

Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº __/2018;
- b) Proposta da CONTRATADA, e sua documentação, datada de __/__/2018;
- c) Plano de Segurança;
- d) Demais documentos contidos no Processo nº 59540.000477/2018-68.

2.1. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nas subcláusulas anteriores e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

3. Cláusula Terceira - PRAZO

O prazo de execução dos serviços objeto desta contratação é de 12 (doze) meses, contado a partir da data da assinatura deste contrato, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado na forma do inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa e formal das partes, por períodos iguais e sucessivos, limitado a um total de 60 (sessenta) meses, na forma disposta no inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

3.1. Toda a prorrogação de prazo será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por órgãos e entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a CODEVASF.

3.2. A cada prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar prova de quitação de débitos com tributos (Fazendas Federal, Estadual e Municipal), Previdência Social e FGTS, cumprimento das obrigações trabalhistas (CNDT) e encargos sociais relativos aos empregados que prestam serviços no âmbito do contrato e renovação da Caução de Execução.

4. Cláusula Quarta - VALOR

O valor total deste contrato é de R\$ _____ (_____), obedecidos os preços unitários constantes da Proposta Financeira da CONTRATADA.

4.1. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8666/93.

4.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela CODEVASF não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.

4.3. A infringência do disposto na subcláusula anterior impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com a CODEVASF, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.

5. Cláusula Quinta - RECURSOS

Os recursos para cobertura do objeto do presente contrato, correrão à conta dos Programas de Trabalho 15.244.2090.7K66, PTRES 142.354 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Local Integrado, e 41.222.2111.2000.0001, PTRES 089.684 - Administração da Unidade - Nacional - Custeio Administrativo da CODEVASF - Plano Orçamentário 002, sob gestão da 4ª Superintendência Regional, com cobertura parcial através da Nota de Empenho nº _____, de __/__/2018.

6. Cláusula Sexta - DOS SERVIÇOS EXTRA CONTRATUAIS

Respeitados os limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, os serviços eventualmente necessários e não previstos na Planilha de Preços deverão ter execução previamente autorizada por Termo de Alteração Contratual.

6.1. Devem ser registradas, por meio de termo aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente, as referentes aos serviços extras motivados pela CODEVASF. Os serviços extras contratuais não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela CODEVASF ou por preposto por ela designado.

7. Cláusula Sétima - REPACTUAÇÃO

Será permitida a repactuação do preço do contrato, visando à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, admitindo como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta.

7.1. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anuidade será contada a partir da primeira repactuação.

7.2. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

7.3. A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se: os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração; as particularidades do contrato em vigência; o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais; a nova planilha com a variação dos custos apresentada; indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e disponibilidade orçamentária da CODEVASF.

7.4. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.

7.5. É vedada a repactuação dos preços mediante indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, consoante o disposto no art. 4º do Decreto nº 2.271/97.

7.6. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos; e será lavrado termo aditivo ao contrato vigente.

7.7. O prazo referido na subcláusula 7.6. ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CODEVASF, para a comprovação da variação dos custos.

7.8. A repactuação, sob pena de preclusão, deverá ser requerida antes da prorrogação do prazo deste contrato, mesmo que ainda não conhecido o acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, a vigor durante o novo prazo acordado.

7.9. Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação terão sua vigência iniciada a partir da assinatura do termo aditivo, podendo retroagir à data do acordo coletivo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, sendo esta considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

7.10. A CODEVASF providenciará o pagamento retroativo correspondente ao período em que a proposta de repactuação permanecer sob sua análise. Neste caso, este período, de análise pela CODEVASF, será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

8. Cláusula Oitava - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos pelos serviços serão efetuados mensalmente, mediante a apresentação dos documentos de cobrança, discriminando os serviços realizados e devidamente atestados pela Fiscalização da CODEVASF, e deverão vir acompanhados da documentação comprobatória da quitação salarial dos empregados e dos encargos inerentes, observando-se o seguinte:

8.1. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento, conforme estabelece o art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93.

8.2. Os pagamentos dos serviços somente serão efetuados após a conferência e atesto da fatura, o qual está condicionado à comprovação e documentos a seguir relacionados:

a) Planilha-mensal de faturamento, contendo os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados, férias, licenças, faltas, coberturas, salário, vales transporte e alimentação, ocorrências, glosas, etc;

b) Comprovação dos recolhimentos do FGTS por meio dos seguintes documentos: cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet, específica do Contrato; cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP); cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP (RE) e relação dos tomadores;

c) Comprovação dos recolhimentos das contribuições de INSS por meio de: cópia autenticada da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet, específica do Contrato; cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP); cópia do Comprovante de Declaração à Previdência; cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE) e relação dos tomadores;

c-1) Os recolhimentos das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), serão os correspondentes ao mês da última Nota Fiscal ou Fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995;

- d) Comprovante de regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho, por meio da apresentação do recibo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED;
- e) Comprovante de ter entregue a todos os empregados a cópia da RAIS;
- f) Folha de Pagamento, específica do Contrato, relativa ao mês da prestação dos serviços, em ordem alfabética;
- g) Relatório Mensal de Frequência;
- h) Comprovante de pagamento de salários dos funcionários relativo ao mês da prestação dos serviços da Nota Fiscal;
- i) Cópia do(s) Aviso(s) de Férias;
- j) Comprovante de pagamento de férias aos funcionários, relativo ao mês da prestação dos serviços da Nota Fiscal;
- k) Comprovante de pagamento do 13º salário;
- l) Comprovante de ter fornecido Vale Refeição a todos os funcionários;
- m) Comprovante de ter fornecido Vale Transporte a todos os funcionários;
- n) Relação do material fornecido.

8.3. O documento de cobrança indicará, obrigatoriamente, o número do Contrato, o número e a data de emissão da Nota de Empenho - NE, emitida pela CODEVASF, e que cubram a execução dos serviços objeto deste Contrato.

8.4. Os pagamentos serão creditados em nome da CONTRATADA, mediante Ordem Bancária em Conta-Corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com Código de Barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.

8.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza dos serviços.

8.6. Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

8.6.1. Ficam excluídos da hipótese referida na subcláusula anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

8.7. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme exigência contida no art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

8.8. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados de seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.

8.9. Quando do encerramento do contrato, somente será liberado o pagamento da nota fiscal/fatura do último mês de execução mediante a comprovação da quitação das rescisões contratuais dos empregados da CONTRATADA vinculados ao contrato e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas pertinentes.

8.10. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado 30 (trinta) dias após o prazo estabelecido no subcláusula 8.1, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

I = (1+im1/100)^{dx1/30} x (1+im2/100)^{dx2/30} x ... x (1+imn/100)^{dxn/30} - 1, onde:

I = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";

d = Número de dias em atraso no mês "m";

8.10.1. Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.

8.10.2. Quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

8.10.3. Nos cálculos deverão ser utilizados 5 (cinco) casas decimais.

8.11. Qualquer suspensão de pagamento devido à falta de regularidade da CONTRATADA perante o sistema SICAF, não gerará a CODEVASF nenhuma responsabilidade nem obrigação de reajustamento ou atualização monetária do valor devido.

8.12. Sendo a licitante vencedora optante pelo Simples Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9. Cláusula Nona - CAUÇÃO DE GARANTIA

Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estabelecida uma "Caução de Execução", no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com vigência de 60 (sessenta) dias além do prazo contratual, a ser integralizada antes da assinatura do Contrato, em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, Seguro Garantia ou Carta de Fiança Bancária, esta a critério da CONTRATADA.

9.1. A vigência estendida a que se refere o *caput* desta cláusula, que deverá ser mantida no caso de prorrogação do prazo de execução contratual, se destina a assegurar o cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações trabalhistas pertinentes ao encerramento do contrato, nelas compreendidos os pagamentos, das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados foram relocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

9.2. A integralização da caução de execução é condição básica para assinatura do presente instrumento.

9.2. Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do art. 56, inc. I, da Lei nº 8.666/93 (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

9.3. Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.

9.4. A caução em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.

9.5. Não haverá qualquer restituição da caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão deste contrato, hipótese em que a caução será revertida e apropriada pela CODEVASF.

9.6. A CONTRATADA deverá prestar uma garantia adicional, por ocasião das repactuações, no montante de 100% (cem por cento) dos valores providos pela CODEVASF e que não foram utilizados até então para o pagamento de férias dos empregados vinculados ao presente contrato, na forma e prazo estabelecido pelo *caput* desta cláusula.

9.6.1. A garantia adicional prestada na forma da subcláusula 9.6. será devolvida à CONTRATADA, após entrega da comprovação do pagamento das férias aos empregados vinculados ao contrato.

10. Cláusula Dez - MULTA

Em caso de inadimplemento, por parte da CONTRATADA, de quaisquer das cláusulas ou condições do Contrato, a CONTRATADA será aplicada a multa no percentual de 0,1 (hum décimo por cento) ao dia, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo para execução do Contrato, o que dará ensejo a sua rescisão.

10.1. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, observando-se o seguinte:

a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementar o seu valor.

b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher à CODEVASF o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir da data da comunicação.

10.2. A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir do pagamento da multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a Fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame.

10.3. Após o procedimento estabelecido na subcláusula anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva, que poderá relevar ou não a multa.

10.4. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

10.5. Caso a Diretoria Executiva da CODEVASF mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

11. Cláusula Onze - FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização dos serviços será feita diretamente pela CODEVASF através de servidor formalmente designado na forma do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

11.1. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, obrigando-se desde já a CONTRATADA a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

11.2. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato a área responsável pela execução do Contrato.

11.3. Cabe a Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e, em caso de multa, a indicação do seu valor.

11.4. Das decisões da Fiscalização, poderá a CONTRATADA recorrer à Diretoria Executiva da CODEVASF, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos às multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

11.5. A Fiscalização deverá verificar, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

12.22. Exigir da CONTRATADA a entrega, no prazo de até 60 (sessenta) dias, de toda a documentação comprobatória de cumprimento das obrigações trabalhistas, nelas compreendida o pagamento das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados foram realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.6. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

12. Cláusula Doze - OUTROS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste contrato, a CONTRATADA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento, obriga-se a:

12.1. Assumir integral responsabilidade pelo cumprimento da legislação fiscal e trabalhista, previdenciária/social vigente, efetuando por sua conta, os recolhimentos em suas devidas épocas.

12.2. Pagar todos os tributos devidos em decorrência deste contrato, sem direito a reembolso.

12.3. Providenciar as licenças necessárias à execução dos serviços ora contratados, ficando a seu cargo as respectivas despesas.

12.4. Fornecer toda mão-de-obra bem como todo o material necessário à execução dos serviços contratados.

12.5. Apresentar os seus empregados nos locais de trabalho devidamente uniformizados (uniforme especial aprovado pelo Ministério da Justiça) munidos do respectivo cartão de identificação preso ao uniforme.

12.7. Submeter, previamente, à CODEVASF, a relação de seus empregados, acompanhada dos documentos que indicam sua idoneidade e identidade.

12.7.1. No quadro funcional da CONTRATADA, para prestação dos serviços objeto do presente contrato, não poderão figurar familiares de dirigente da CODEVASF ou de qualquer agente detentor de cargo em comissão ou função de confiança na Empresa, em todos os níveis.

- 12.7.1.1. Essa vedação atinge o cônjuge ou companheiro(a) e os parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.
- 12.8. Exibir, sempre que solicitada, a relação nominal de seus empregados com a respectiva identificação, dando-se conhecimento prévio à 4ª Superintendência Regional, das alterações advindas de eventuais substituições, exclusões e inclusões.
- 12.9. Responder por qualquer acidente de que possam ser vítimas seus empregados, bem como pelos acidentes causados a terceiros, quando executando serviços objeto do contrato.
- 12.10. Substituir, sempre que exigido pela CODEVASF, qualquer de seus empregados em serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina da CODEVASF.
- 12.11. Atender pontualmente aos encargos decorrentes da legislação Trabalhista, Previdenciária, Fiscal, Social e Comercial vigente, efetuando por sua conta, os recolhimentos em suas devidas épocas.
- 12.12. Pagar todos os tributos devidos em decorrência do contrato a ser assinado, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.
- 12.13. Providenciar as licenças que sejam necessárias à execução dos serviços ora contratados, ficando a seu cargo as respectivas despesas.
- 12.14. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a CODEVASF e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por dano resultante do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou seus prepostos e, ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a CODEVASF isenta de qualquer penalidade e responsabilidade de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA ou de seus prepostos.
- 12.15. Cumprir e fazer cumprir todas e cada uma das Normas Regulamentadoras sobre medicina e segurança do trabalho.
- 12.16. Comunicar, de imediato, à Área de Desenvolvimento Integrado e Infra-Estrutura, toda vez que houver recusa na identificação de objeto ou equipamento a dar entrada nas edificações da CODEVASF nas áreas do Projeto Salitre toda e qualquer irregularidade observada no Posto onde houver prestação de serviço.
- 12.17. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CODEVASF ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 12.18. A CONTRATADA deverá apresentar cópia do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente que rege a categoria profissional vinculada à execução dos serviços.
- 12.19. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação.
- 12.20. Pagar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, independentemente do recebimento das faturas de prestação de serviços, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, e recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.
- 12.21. Fornecer à CODEVASF, a partir do segundo mês de vigência do contrato, cópias das folhas de pagamento, contracheques e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais do mês anterior.
- 12.22. Apresentar à CODEVASF, quando do início dos serviços, Certificado de Segurança expedida pelo Departamento de Polícia Federal dos Estados onde serão executados os

serviços, com validade em vigor de acordo com a Portaria nº 1.129, de 15/12/95, do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça.

12.23. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas de empregados da contratada, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.

12.24. Na hipótese da CODEVASF vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente nas ações trabalhistas mencionadas no subitem 12.23, e o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CODEVASF, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a CODEVASF utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a contratada, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.

12.25. A CONTRATADA será responsável, também, pelas despesas de viagem, alimentação e estadia que a CODEVASF tiver que realizar para sua defesa em eventuais processos trabalhistas ajuizados por empregados da CONTRATADA, na forma acima, assim como pelos honorários advocatícios, estes à razão de 20% (vinte por cento) do valor da condenação.

13. Cláusula Treze - ADITAMENTO CONTRATUAL

A celebração de termo aditivo contratual está condicionada a verificação da regularidade em relação aos encargos sociais, trabalhistas e com a Fazenda Pública, a ser comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões.

14. Cláusula Quatorze - DANO MATERIAL OU PESSOAL

A CONTRATADA será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços contratados causados à CODEVASF ou a terceiros.

14.1. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.

14.2. Não serão indenizados os prejuízos que possam advir de erro ou qualquer equívoco de sua proposta ou administração.

15. Cláusula Quinze - RESCISÃO

O presente contrato será rescindido unilateralmente de pleno direito pela CODEVASF, com a consequente perda da caução de execução e da idoneidade da CONTRATADA nos termos do art. 78, incisos I x XII E XVII, da Lei nº 8.666/93 observadas as disposições dos artigos 77, 79 e 80 da citada Lei.

16. Cláusula Dezesseis - PUBLICAÇÃO

A CODEVASF providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para

ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do art. 61, § único da Lei nº 8.666/93.

17. Cláusula Dezessete - FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, para dirimir questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Aracaju, ___ de _____ de 2018.

César Fonseca Mandarinó
Superintendente Regional
CODEVASF - 4ª/SR

P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
NOME:
CPF/MF nº:
ENDEREÇO:

2. _____
NOME:
CPF/MF nº:
ENDEREÇO: